ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0392/2023

Processo nº 2023 – N6RT3 – GEAF/NEGEP-MJ
Pregão nº 191/2023

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE – FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 06.893.466/0001-40, representado legalmente pelo **SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE**, o **Srº. JOSÉ TADEU MARINO**, portador da Carteira de Identidade **RG nº 411267** – **SPTC -ES** e inscrito no **CPF** sob o **nº 558.091.977 - 87**, designado pelo Decreto Estadual nº 011-S, de 02/01/2023 e publicado no DIO de 03/01/2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO,** PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – INSUMOS NUTRICIONAIS – MANDADO JUDICIAL,** conforme Processo nº **2023-N6RT3**, sob nº. **191/2023**, RESOLVE registrar os preços da Empresa: **DENTAL Z ROCHA LTDA - EPP - (CNPJ: 27.265.958/0001-60)**, com Sede Localizada na Escadaria Maria Ortiz – nº. 47 – Centro – Vitória - ES. ***Telefone:*** (27) 3222 - 7333 / 3025-4358 - ***E-mail: paulolessa@cirurgicaconfianca.com.br – francisco@cirurgicaconfianca.com.br,*** neste ato representado pelo **Srº. JOSÉ FRANCISCO PINTO RIBEIRO*,*** portador da Carteira de Identidade **RG n° M – 1.156.482 –** Expedida pela **SSP-MG** e inscrito no **CPF sob o nº 136.145.416-49 –** atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos produtos especificados no AnexoI do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, osseguintes anexos:

(a) Anexo A – Especificação dos preços;

(b) Anexo B – Minuta de Ordem de Fornecimento;

(c) o Edital e todos os seus Anexos;

(d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e neleestão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação diretapara a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento emigualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIOECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

3.1.1 - Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 - Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;

3.1.3 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

- Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 1 / 15

3.2 comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimentoocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;

3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação daAta de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação maisvantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitosreferidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentadapela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência nãosupera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes daformulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - A revisão será formalizada por meio de **Termo Aditivo**, precedida de análise dos órgãos de controle, nos termos da legislação correspondente.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - Não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - Não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superioraos praticados no mercado;

4.1.1.4 - Incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro depreços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 2 / 15

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampladefesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá serformulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante,vedada a antecipação.

5.3 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \; X \; \frac{12}{100} \; X \; \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.4 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.5 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.6 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.7 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção aser paga pela Contratante.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 3 / 15

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentarácomo termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixadosno **Anexo I**, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, emconformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento noprazo de até dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante oseu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**

após a emissão da Ordem de Fornecimento.

9.2 - O produto será entregue em dias úteis, no seguinte endereço:

SESA: Almoxarifado de Medicamentos da SESA, na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira - CEP: 29050-625 em dias úteis.

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor,superior a R$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada,atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentrodo prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no diado esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a **CONTRATADA** será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição poroutros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, oprazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 4 / 15

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 - Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade de 75% do prazo de validade total, a contar da data de entrega, devendo ser sempre superior a 12 meses.

10.2 - Validades inferiores às supracitadas deverão ser previamente analisadas pelo setor solicitante e só poderão ser entregues após autorização formal, desde que não haja quaisquerprejuízos a essa secretaria.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

(a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

(b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente doContratante;

(c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conformedispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

(d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

(e) Observar vedação da subcontratação no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

(a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

(b) definir o local para entrega dos produtos adquiridos;

(c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entregados produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, aincidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;

12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste editale na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sançõesao licitante contratado:

(a) advertência;

(b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;

(c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III,da Lei nº 8.666/93;

(d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7ºda Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 5 / 15

(e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, queserá concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos

Humanos - **SEGER**, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a AdministraçãoPública Estadual.

12.2.3 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - **SEGER**, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.4 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas nesteitem, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processoadministrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

(a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

(b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

(c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110da Lei 8666/1993;

(d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

(e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termosda Lei 8.666/1993;

(f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.
12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA
13.1 - Constatado que o **CONTRATADO** não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 6 / 15

procedimento de aplicaçãode sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo **CONTRATADO**, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o **CONTRATANTE** informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO
14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS
15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS
16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO
17.1 - A execução do contrato será acompanhada pela **GEAF**, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18 - DO FORO
18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Srº. JOSÉ TADEU MARINO – CPF: 558.091.977-87
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
CONTRATANTE

Srº. JOSÉ FRANCISCO PINTO RIBEIRO - CPF: 136.145.416-49
DENTAL Z ROCHA LTDA - EPP
CONTRATADA

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 7 / 15

1 - ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – FÓRMULAS NUTRICIONAIS, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD.SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	263923	1	MADADO JUDICIAL: MEDICAMENTOS NUTRICAO; FORMULA MODIFICADA PARA NUTRICAO ENTERAL HIPERCALORICA, HIPOPROTEICA INDICADA PARA INSUFICIENCIA RENAL EM TRATAMENTO CONSERVADOR. FONTE PROTEICA A BASE DE CASEINATO DE CALCIO E SODIO E/OU PROTEINA DO SORO DO LEITE; SEM FIBRAS. FORMA FARMACEUTICA: LIQUIDO, FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO/TETRAPACK DE 200 ML, VIA ADMINISTRACAO: ENTERAL/ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. (MARCA: NUTRI RENAL®)	MILILITROS	648.000

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima, importará em desclassificação do licitante.

1.3 - **CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS**
1.3.1 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES
2.1 - São obrigações da **CONTRATANTE**:

2.1.1 - Efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

2.1.2 - Definir o local para entrega dos produtos adquiridos;

2.1.3 - Designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entregados produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da **CONTRATADA**:

2.2.1 - Entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período da garantia;

2.2.2 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente doContratante;

2.2.3 toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conformedispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;

2.2.4 - Garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia.

2.2.5 - Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 8 / 15

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada conforme Lotes acima descritos.

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme detalhamento do objeto.**

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimosque se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limitesprevistos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

(a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;

(b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suasrespectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;

(c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o queserá aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

2 - 4- DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1- Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

3 - 5- DETALHAMENTO DO OBJETO:

QUADRO RESUMO

5.01. Título e Objetivo Geral:	Aquisição de Insumos nutricionais **não padronizado**, para tratamento aos pacientes assistidos nas Farmácias Cidadãs Estaduais, **atendidos via judicial**, conforme as quantidades e especificações técnicas anexadas a este Termo de Referência.
5.02. Delimitação do Objeto a ser licitado:	**FÓRMULAS NUTRICIONAIS** – Mandado Judicial
5.03. Modalidade de Licitação e Base Legal:	Ata de Registro de Preços - Pregão Eletrônico, conforme Lei nº 10.520/2002.
5.04. Estimativa de custos global| (inciso II, § 2º, art. 40, Lei 8.666/93):	**R$ 45.684,00 ***
5.05. Prazo estipulado de vigência contratual:	O prazo de vigência contratual terá início no dia subseqüente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.
5.06. Informação Orçamentária:	Programa de Trabalho: 1030300302692 Elemento de Despesa: 3.3.90.91 Fonte: 1500100200

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 9 / 15

5.07. Unidade Administrativa responsável pela execução do objeto e fiscalização:	Núcleo de Armazenamento, Controle e Distribuição – NACD/GEAF

5.08. Equipe responsável pela elaboração do termo de referência:

5.08.1 Giuliana Rizzo Taveira - Nutricionista, GEAF/SESA – 027 3636-8414, email: giulianataveira@saude.es.gov.br

5.09. Versão e data do Termo de Referência:	**Versão 1.0, 14/02/2023**
5.10. Data prevista para implantação:	180 dias após a abertura do processo

5.11. Fiscalização:

Fiscal do Contrato**:** Larissa Silva Silveira - Farmacêutico - SESA/GEAF/NACD – matrícula 2746247 - larissasilveira@saude.es.gov.br – (27) 3636-8410
Gestor do contrato: Giuliana Rizzo Taveira - Nutricionista, GEAF/SESA – 027 3636-8414, email: giulianataveira@saude.es.gov.br

***** Valor da estimativa de custo global alterada/atualizada, conforme Mapa Comparativo às peças # 20 – **2023-N6RT3**, em atendimento a Norma de Procedimento SCL 07 – T15 – **SEGER**

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 094/2023 - SESA/GEAF

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência (TR) tem como objeto a aquisição de Insumo Nutricional, **para atendimento aos pacientes assistidos nas farmácias cidadãs estaduais por via judicial, por um período de 12 (doze) meses**, conforme as quantidades e especificações técnicas informadas no item 3.0 deste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Estado da Saúde (**SESA**) possui o Protocolo Estadual 054-R de 28/04/2010, que estabelece lista de fórmulas nutricionais dispensadas aos usuários que atendam aos critérios de utilização de dietas enterais para adolescentes e adultos, bem como os critérios para utilização de fórmulas infantis e dietas enterais pediátricas para situações especiais.

A Gerência Estadual de Assistência Farmacêutica (**GEAF**) fica responsável pela abertura do processo de aquisição das fórmulas nutricionais, para atendimento aos pacientes cadastrados nas Farmácias Cidadãs Estaduais, sendo competência do Estado à aquisição, armazenamento e dispensação desses itens.

O presente Termo de Referência(TR) se refere à aquisição de fórmula nutricional com a finalidade de manter o tratamento necessário, sem interrupção, aos pacientes cadastrados nas Farmácias Cidadãs. A solicitação foi feita para um período de atendimento de 12 meses da demanda atual com margem de segurança de acordo com o item demandado.

O objeto da compra do TR em tela é referente a **FÓRMULAS NUTRICIONAIS NÃO PADRONIZADAS**, destinada à continuidade dos pacientes que assistidos nas farmácias cidadãs estaduais por via judicial, conforme planilha anexa.

Informamos que o item solícito da compra possui processo vigente na modalidade de Registro de Preço e que para a continuidade do atendimento sem períodos de desabastecimentos, mantendo os nossos estoques no mínimo de segurança, uma vez que se trata de itens indispensáveis para manutenção da vida humana, é necessária a manutenção da aquisição do produto.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 10 / 15

Nesse sentido, a pretendida aquisição possibilitará a continuidade do tratamento necessário disponibilizados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendidos nas Farmácias Cidadãs Estaduais do Estado do Espírito Santo.

Portanto, solicitamos abertura de Ata de Registro de Preços para período de 12 (doze) meses, conforme previsto na Lei de Licitações e Contratos 8.666/93, A descrição dos objetos de aquisição e quantitativos definidos, encontram-se no item 3.0 desse TR.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO

3.01 - Trata-se de aquisição de fórmulas nutricionais padronizadas para atendimento aos pacientes assistidos nas Farmácias Cidadãs Estaduais, conforme descrição na tabela 01.

Tabela 01 – Descrição das quantidades e especificações técnicas dos produtos solicitados.

LOTE	DESCRIÇÃO	CMM (SESA)	QUANT. (MAX E TOTAL)
01	MADADO JUDICIAL: MEDICAMENTOS NUTRICAO; FORMULA MODIFICADA PARA NUTRICAO ENTERAL HIPERCALORICA, HIPOPROTEICA INDICADA PARA INSUFICIENCIA RENAL EM TRATAMENTO CONSERVADOR. FONTE PROTEICA A BASE DE CASEINATO DE CALCIO E SODIO E/OU PROTEINA DO SORO DO LEITE; SEM FIBRAS. FORMA FARMACEUTICA: LIQUIDO, FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO/TETRAPACK DE 200 ML, VIA ADMINISTRACAO: ENTERAL/ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. (MARCA: NUTRI RENAL®)	18.000	648.000

3.02 - Justificativa para o quantitativo solicitado (SESA):

Conforme tabela em anexo.

3.03 - Apresentação **do produto**

3.03.1 – O produto deverá atender a marca específica solicitada no descritivo, conforme determinado em decisão judicial.

Na ausência de todas as informações necessárias na ficha técnica, serão aceitos laudos de análise bioquímica, emitidos por laboratórios oficiais, para comprovação dos itens solicitados.

4. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.01 - As empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.01.1 - **Atestado de Capacidade Técnica:**

4.01 - As empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

4.01.1 - **Atestado de Capacidade Técnica**, comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, produto igual ou semelhante ao indicado no item 3.0 desse TR. A comprovação será feita por meio de apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da empresa ou órgão comprador, **com indicação do fornecimento, qualidade do material, do atendimento, cumprimento de prazos e demais condições do fornecimento.**

4.01.2 – **Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária)** deve ser apresentado pelo estabelecimento que irá fornecer os itens para comprovar que o mesmo encontra-se legalmente regularizado junto ao órgão de saúde competente do Estado ou Município de

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 11 / 15

origem, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, tal como exigido pela Lei Federal nº. 6.360/76 (art. 2º), Decreto 8.077/2013, (art. 2º), RDC nº23/2000 e RDC nº 45/2011.

4.01.3 – **Certificados de registro** é um documento emitido pela **ANVISA** como comprovante que a fórmula nutricional possui registro nessa Agência reguladora e que o mesmo está apto para ser comercializado sem qualquer restrição. Caso o prazo de validade esteja vencido deverá ser apresentado Certificado de Registro, ou cópia da publicação no "DOU" acompanhado do pedido de revalidação "FP 1" e "FP 2", datado com antecedência máxima de doze meses e mínima de seis meses da data do vencimento do registro, na forma do art. 8 do decreto nº 8.077/2013.

4.01.4 - no caso de **produto isento de registro**, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - **ANVISA**, devidamente **válido** na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos "prints" da página da **ANVISA** na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente;

5. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.01. Fica determinado que o responsável pela fiscalização é a servidora **Larissa Silva Silveira**, e a gestora do contrato é a servidora **Giuliana Rizzo Taveira,** pela **SESA**.

5.02. A aceitação das fórmulas nutricionais será certificada pelo serviço de Nutrição ou servidor designado, mediante atesto na nota fiscal, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

5.03. A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente.

5.04. O fiscal deve prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado.

5.05. O fiscal deve notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos intens.

5.06. Os produtos não serão recebidos se o prazo de validade contado da data de entrega for diferente do exigido no item 07 desse termo de referência.

5.07. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Funcionamento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

5.08. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

6. DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

Como se trata de entrega em parcelas, a fatura deverá ser apresentada nos locais de entrega descritos no item 7 deste Termo de Referência, após a entrega de cada item adquirido, juntamente com os comprovantes de regularidade fiscal da contratada.

7. DOS PRAZOS DE ENTREGA E VALIDADE

7.01. Do Prazo e Locais de Entrega

7.01.1 - O objeto contratado deverá ser entregue no prazo máximo de até **10 dias corridos** após emissão da Ordem de Fornecimento;

7.01.2 – O objeto deverá ser entregue nos locais e indicados abaixo:

SESA: Almoxarifado de Medicamentos da SESA, na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 2025 - Bento Ferreira - CEP: 29050-625 em dias úteis.

7.02. Do Prazo de Validade

7.02.1. - Os materiais deverão ser entregues com prazo de validade de 75% do prazo de validade total, a contar da data de entrega, devendo ser sempre superior a 12 meses para produtos com apresentação em pó e superior a 8 meses para os produtos na apresentação liquida.

7.03. Da Vigência do Contrato

O prazo de vigência contratual terá início no dia subseqüente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 12 (doze) meses.

8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

8.01. - Conforme tabela 01 - item 3.0 deste Termo de Referência.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 12 / 15

9. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DA AMOSTRA

9.1- Por se tratar de produto específico a amostra é dispensável.

10. DAS CONDIÇÕES EPECÍFICAS DE FORNECIMENTO

10.1. Os produtos não serão recebidos fora do prazo de validade determinado no item 7.02 desse termo de referência.

10.2. As embalagens e unidades constantes na especificação do produto na Autorização de Fornecimento deverão ser rigorosamente observadas, assim como a marca vencedora, sob pena de devolução do produto.

10.3. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão ser entregues acompanhados de laudo de análise de qualidade, lote a lote, emitidos pelo laboratório produtor.

10.4. As fórmulas nutricionais devem ser entregues na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, unidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela **ANVISA**, acompanhados da documentação fiscal, em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote da fórmula nutricional recebida deve constar na rotulagem, e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de item entregue.

10.5. O transporte das fórmulas nutricionais deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade dos mesmos. As fórmulas nutricionais somente serão recebidas por transportadora autorizada.

10.6. Todas as fórmulas nutricionais, nacionais ou importadas, devem ter constadas nos rótulos e nas bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

10.7. Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "**PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO**".

10.8. A cada ordem de fornecimento emitida, a empresa deverá proceder à entrega do produto nos sabores e quantidades previamente acordados com a **SESA**, respeitando o portfólio dos produtos fabricados.

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 13 / 15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0392/2023

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 0392/2023**, celebrada entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE** e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão N° 191/2023.**

LOTE	CÓD. SIGA	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
1	263923	1	MADADO JUDICIAL: MEDICAMENTOS NUTRICAO; FORMULA MODIFICADA PARA NUTRICAO ENTERAL HIPERCALORICA, HIPOPROTEICA INDICADA PARA INSUFICIENCIA RENAL EM TRATAMENTO CONSERVADOR. FONTE PROTEICA A BASE DE CASEINATO DE CALCIO E SODIO E/OU PROTEINA DO SORO DO LEITE; SEM FIBRAS. FORMA FARMACEUTICA: LIQUIDO, FORMA DE APRESENTACAO: FRASCO/TETRAPACK DE 200 ML, VIA ADMINISTRACAO: ENTERAL/ORAL; UNIDADE DE FORNECIMENTO: MILILITRO. (MARCA: NUTRI RENAL®). **produto** NUTRI RENAL – **MARCA**: Nutrimed.	MILILITROS	648.000	0,0700	45.360,00
VALOR GLOBAL DO LOTE 01							**45.360,00**

VALOR TOTAL.....R$ 45.360,00

REPRESENTANTE: DENTAL Z ROCHA LTDA - EPP - (**CNPJ: 27.265.958/0001-60**), com Sede Localizada na Escadaria Maria Ortiz – nº. 47 – Centro – Vitória - ES. ***Telefone:*** (27) 3222 - 7333 / 3025-4358 - ***E-mail: paulolessa@cirurgicaconfianca.com.br – francisco@cirurgicaconfianca.com.br***, neste ato representado pelo Srº. JOSÉ **FRANCISCO PINTO RIBEIRO**, portador da Carteira de Identidade **RG n° M – 1.156.482** – Expedida pela **SSP-MG** e inscrito no **CPF sob o nº 136.145.416-49.**

2023-753K5K - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 17/05/2023 12:34 PÁGINA 14 / 15

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 17/05/2023 10:45:57 -03:00

JOSE FRANCISCO PINTO RIBEIRO
CIDADÃO
assinado em 16/05/2023 17:03:48 -03:00

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 17/05/2023 12:34:40 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2023-753K5K

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0323/2023
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº **2022-8HLW4 - NEGEP-SERP**
EMPRESA: LEMAN MEDICAMENTOS & CIA LTDA inscrita no CNPJ Nº 40.600.760/0001-54
EDITAL: nº 084/2023
LOTE: **09**
OBJETO: SULFATO DE MAGNESIO HEPTAIDRATADO 100MG/ML
VALOR GLOBAL DO LOTE: R$ 85.860,00
VIGÊNCIA: 18/05/2023 a 17/05/2024
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço, www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Protocolo 1087323

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0324/2023
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº **2022-8HLW4 - NEGEP-SERP**
EMPRESA: DROGAFONTE LTDA (CNPJ 08.778.201/0001-26)
EDITAL: nº 084/2023
LOTE: **10**
OBJETO: SULFATO DE MAGNESIO HEPTAIDRATADO 500MG/ML
VALOR GLOBAL DO LOTE: R$ 308.002,80
VIGÊNCIA: 18/05/2023 a 17/05/2024
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço, www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Protocolo 1087327

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0383/2023
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-B6581
EMPRESA: HERA MEDICAL REPREENTAÇÕES, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 28.655.764/0001-34
EDITAL: Pregão nº 001/2023
LOTE: 3
OBJETO: *ELETRODO MONOPOLAR PARA TIPO BOLA 5MM, TIPO ALCA LOOP, TIPO COLLINS*
VALOR GLOBAL DO LOTE: 79.800,00

VIGÊNCIA: 18/05/2023 a 17/05/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço
www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 1087679

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0384/2023
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2022-B6581
EMPRESA: ENDOGERAIS EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 08.697.852/0001-91
EDITAL: Pregão nº 001/2023
LOTE: 5
OBJETO: *CONJUNTO DE RETOSSIGMOIDOSCOPIO PERMANENTE: COMPOSTO DE: 01 CABECOTE PARA SISTEMAS*
VALOR GLOBAL DO LOTE: 8.023,00

VIGÊNCIA: 18/05/2023 a 17/05/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço
www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 1087681

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0392/2023
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2023 - N6RT3
EMPRESA: DENTAL Z ROCHA LTDA - EPP
CNPJ: 27.265.958/0001-60
EDITAL: Pregão nº 191/2023
LOTE: 1
OBJETO: *NUTRICAO; FORMULA MODIFICADA PARA NUTRICAO ENTERAL HIPERCALORICA, HIPOPROTEICA INDICADA PARA INSUFICIENCIA RENAL EM TRATAMENTO CONSERVADOR.*
VALOR GLOBAL DO LOTE: 45.360,00

VIGÊNCIA: 18/05/2023 a 17/05/2024

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço
www.compras.es.gov.br.

JOSÉ TADEU MARINO
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE
Protocolo 1087685

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP: Nº 0178/2023
CONTRATANTE: Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG).
PROCESSO: Nº 2022 - 5V7RJ
FORMA DE CONTRATAÇÃO: Modalidade Pregão eletrônico **Nº 029/2023**
ID: 2023.500E1900001.02.0024
CONTRATADA: INTER MASTER COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 14.013.647/0001-62
LOTE:01
OBJETO: COLA BRANCA LIQUIDA, PARA PAPEL, TIPO ESCOLAR.
LOTE:03
OBJETO: TESOURA MULTIUSO, 20CM DE COMPRIMENTO.

2023-KBQ08W - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 17/05/2023 12:40 PÁGINA 1 / 2

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Terça-feira, 16 de Maio de 2023 às 23:07:34 Código de Autenticação: 677cff87

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 17/05/2023 12:40:13 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por LUCIANA DAMAS DE OLIVEIRA (AGENTE DE SERVICO II QC-06 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2023-KBQ08W